DOSSIÊ | Quem tem medo dos antropólogo(a)s? Dilemas e desafios para a produção e práticas científicas – Apresentação

Lia Zanotta Machado, Antonio Motta e Regina Facchini

▲ Universidade de Brasília | Brasília, DF, Brasil - Presidenta da ABA;

▲ Universidade Federal de Pernambuco | Recife, PE, Brasil - Vice-Presidente da ABA;

▲ Universidade Estadual de Campinas | Campinas, SP, Brasil - Membro da Diretoria da ABA

✉ liazmac@gmail.com, antonio-motta@uol.com.br, re.facchini@gmail.com

RESUMO

Este artigo busca refletir sobre o percurso e a visibilidade social da antropologia no Brasil nas últimas cinco décadas, como resultado do avanço das chamadas “políticas de identidade” sobre o fazer antropológico. Analisamos os dilemas e desafios colocados para a prática científica no atual cenário político, no qual forças conservadoras se insurgiram contra a expansão dos direitos à pluralidade: indígenas, quilombolas, questões de gênero e diversidade sexual. Apresentamos, assim, o dossiê “Quem tem medo dos antropólogo(a)s? Dilemas e desafios para a produção e práticas científicas em novos cenários políticos”, cujo propósito é oferecer múltiplas contribuições para refletir, dimensionar e qualificar os dilemas e desafios trazidos pelo novo e recente cenário político.

PALAVRAS-CHAVE

Antropologia – Brasil, ciência, política, conservadorismo

Na atual conjuntura nacional, devido ao forte compromisso da antropologia com a defesa dos direitos que preservam, protegem e promovem a diversidade sociocultural, a igualdade racial e de gênero no Brasil, os(as) antropólogos(as) passaram a ser alvo de frequentes ataques que, inclusive, ameaçam e depreciam o exercício de suas expertises.

As duas recentes Comissões Parlamentares de Inquérito denominadas CPI FUNAI-INCRA¹ e 2¹, ao final do ano de 2015 até o primeiro semestre de 2017, detiveram-se a atacar e desqualificar a produção de estudos técnicos e de laudos antropológicos necessários para os procedimentos de delimitação e demarcação de terras indígenas e territórios quilombolas. O reconhecimento constitucional dos direitos indígenas e quilombolas e o fazer antropológico foram colocados em jogo.

O Congresso, ao aprovar o Plano Nacional de Educação 2014/2024 (PNE), Lei nº 13.005/2014, exigiu a retirada dos objetivos de enfrentamento à discriminação sexual e de gênero. Passou-se a acusar os estudos e teorias de gênero – que se desenvolveram notavelmente desde os anos sessenta e setenta do século passado nas disciplinas das ciências sociais, da história, da filosofia e de letras em todo o mundo anglo-saxão, francês, ibérico, latino-americano e brasileiro – como “ideologia de gênero”, desafiando o notável avanço das ciências sociais sobre as relações sociais de gênero e a divisão sexual do trabalho.

Este artigo recupera o percurso e a visibilidade social da antropologia no Brasil nas últimas cinco décadas, considerando a repercussão do avanço das chamadas “políticas de identidade” sobre o fazer antropológico, e apresenta contribuições à reflexão sobre os dilemas e desafios colocados para a prática científica no atual contexto político. Todo o propósito deste dossiê é trazer múltiplas contribuições para refletir, dimensionar e qualificar os dilemas e desafios trazidos pelo novo e recente cenário político.

DO ESTUDO DOS PROBLEMAS NACIONAIS ÀS POLÍTICAS DE IDENTIDADE

No Brasil, desde muito cedo, as ciências sociais nutriram especial interesse pelo estudo da sociedade nacional e seus fundamentos estruturais, embora com focos diferenciados. De certo modo, essa tradição centrada nos estudos dos “problemas nacionais” coloca em evidência a presença e engajamento de seus pesquisadores na esfera pública; notadamente ao se posicionarem sobre processos participativos na vida social e política do país em contextos em que a liberdade democrática se tornava vulnerável.

Basta lembrar o importante protagonismo dos sociólogos durante os anos que precederam e sucederam ao golpe militar de 1964. Nas palavras do então discípulo de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, o evento de 64

1 Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A CPI FUNAI-INCRA (1) teve início em 2015 e a CPI FUNAI-INCRA (2) teve início em 2016.

haveria de marcar profundamente toda uma geração de cientistas sociais, caindo sobre esta como um pesadelo: “(...) quando vem o golpe e nos pega, é um raio num dia de céu azul. Eu não era capaz de imaginar aquilo que acontecia”².

Simultaneamente ao desaparecimento de alguns centros acadêmicos nos quais as ciências sociais detinham maior capilaridade, houve igualmente a interrupção de importantes projetos de pesquisa e, por sua vez, a perseguição e criminalização de alguns pesquisadores, entre os quais, Florestan Fernandes, na época uma das principais referências da sociologia no Brasil, reconhecido pela retidão e coerência ideológica de suas posições intelectuais. Preso em 1965, Florestan se posicionou contra o inquérito policial-militar a que foram submetidos alguns de seus discípulos e colegas da USP, além de protestar veementemente contra a presença militar que ocupou o edifício da antiga Faculdade de Ciências Sociais, na rua Maria Antônia.

A violenta repressão nos anos subsequentes a 64 era prova de recrudescimento do novo regime, que – entre outras ações coercitivas – perseguiu e desmobilizou grupos de resistência estudantis que se formavam em muitas instituições de Ensino Superior do país e no campo da cultura em geral. Tudo isso veio a culminar com o Ato Institucional número 5, baixado em 13 de dezembro de 1968, e, com ele, o afastamento de vários docentes por meio da aposentadoria compulsória ou do exílio forçado.

É provável que o protagonismo da sociologia nesse cenário e, ao mesmo tempo, a criminalização de vários professores se devessem ao fato de que tanto os seus interesses de pesquisa quanto o grau de engajamento político de boa parte de seus pesquisadores estivessem, sobretudo, direcionados para as macro questões econômicas e políticas do Estado, que impactavam a sociedade brasileira da época, compreendendo, principalmente, o estudo do capitalismo que se expandia no Brasil, assim como suas contradições e limites³. Do ponto de vista do regime militar, ao que tudo indica, isso poderia pôr em risco, juntamente com os reclamos dos movimentos sociais que eclodiam, a estabilidade política do país.

Com efeito, na agenda de pesquisa dos sociólogos, um dos *topoi* mais recorrentes era entender e explicar as resistências à modernização e mudanças na sociedade brasileira, bem como sua contrapartida: o Estado, os movimentos sociais, a classe operária, o empresariado, o sindicalismo e outros segmentos participativos na vida pública e política do país. Convém notar que as leituras marxistas predominavam no debate acadêmico, seguidas de certa influência weberiana, que se prestavam nesse contexto como subsídios teóricos para grandes interpretações da conjuntura nacional brasileira, com inflexão nas disparidades seculares da sociedade⁴.

Foi também durante esse período mais crítico do regime militar, em plena

2 Depoimento de Fernando Henrique Cardoso (1984: 171) a Walnice Nogueira Galvão.

3 Ver entrevista com José de Souza Martins (Motta, 2013: 23-58).

4 Ver também Motta (2013: 44-50).

vigência do AI5, que a antropologia se institucionalizou no campo acadêmico, com a criação dos primeiros programas de pós-graduação em antropologia: no Museu Nacional em 1968, seguido pela USP em 1970, Unicamp em 1971, UNB em 1972 e em outros programas a serem criados depois de 1975. A institucionalização da antropologia nos quadros acadêmicos ocorreu apesar das dificuldades impostas à realização das atividades universitárias e do exílio a que alguns intelectuais foram submetidos, especialmente aqueles mais engajados na luta contra a ditadura, a exemplo de Darcy Ribeiro, ativista e ministro da educação por curto espaço de tempo, durante o governo do presidente João Goulart.

Ao contrário das grandes interpretações que dominavam a produção sociológica, com maior ênfase nas explicações estruturais e relações de poder, as pesquisas antropológicas, de certo modo, ainda incipientes no quadro de sua então recente institucionalização acadêmica, tendiam com maior frequência a privilegiar pequenas unidades empíricas, temas e recortes culturais ou étnico-raciais mais específicos, conferindo, assim, particular atenção aos aspectos etnográficos, quase sempre resultado de investigações realizadas no campo.

Isso, contudo, não quer dizer que alguns antropólogos não se engajassem na esfera pública, nem que suas pesquisas, de forma direta ou indireta, não compartilhassem preocupações semelhantes às de alguns de seus colegas sociólogos. Já na década de 1960, muitos deles começaram a pesquisar grupos indígenas a partir da inserção em processos sociais geradores de diferenças sociais e culturais, como se propôs Roberto Cardoso de Oliveira, aluno de Florestan Fernandes, ao elaborar de forma original o conceito de “fricção interétnica”. No bojo dialético de sua proposta estavam contempladas diferentes formas de conflito e interesses antagônicos produzidos através de zonas de contato entre grupos indígenas e a sociedade nacional, o que, de certa maneira, aproximava-se do conceito de “classe social” (Cardoso de Oliveira, 1963: 33-46).

Com propósitos de treinar antropólogos no quadro do programa do Museu Nacional, Roberto Cardoso de Oliveira e David Maybury-Lewis capitanearam, depois de 1968, um grande projeto intitulado “Estudos Comparativos do Desenvolvimento Regional”, focado nas regiões Nordeste e Centro-Oeste do país, com apoio financeiro da Ford Foundation. Essa pesquisa teve vários desdobramentos, abrindo novos campos de estudos de entendimento da realidade social brasileira, sensível sobretudo que foi a questões relacionadas às desigualdades sociais, ao direito, ao mundo do trabalho, às relações de poder, à formação e reprodução de elites locais, ao universo da *plantation* açucareira e suas dinâmicas socioeconômicas no Nordeste, levadas a cabo por pesquisadores do Museu Nacional e de outras instituições⁵.

A partir dos anos de 1970, a antropologia já havia criado um léxico acadêmico próprio, como também avançado consideravelmente no campo da etnologia

5 Ver entrevista com Moacir Palmeira em José Sérgio Leite Lopes (2013).

indígena; com alguns antropólogos e com presença sempre ativa da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a se posicionarem – mesmo sob a forte repressão política da época – na discussão sobre o Estatuto do Índio (Lei n. 6.001), promulgado em dezembro de 1973, como também em outras questões indígenas prementes na esfera pública.

Como já observou Mariza Corrêa, enquanto muitos jovens militantes da década de 60 deixaram a Universidade e partiram para o enfrentamento do regime militar e a guerrilha, outros preferiram ficar e seguir a carreira universitária, sendo formados na perspectiva daquilo que a autora metaforicamente se refere como sendo a “cultura do contra”. De acordo com sua interpretação, tal aspiração

poderia ser expressa na pergunta: como tomar o partido dos oprimidos sem conhecê-los? É a lenta constituição desse conhecimento que os antropólogos (mas não só eles) formados nos quadros dos novos programas de pós-graduação vão se dedicar nos anos seguintes (Corrêa, 1987: 6).

Como deixa entrever a autora, essa indagação se materializaria com maior evidência a partir dos anos 70, quando se descortinariam novos cenários para as pesquisas e atuação de antropólogos e da Associação Brasileira de Antropologia. É sobretudo no decênio de 1980, marcado pelo processo de redemocratização do país, particularmente no período pré-Constituinte, que a ABA vai se engajar politicamente na luta pró Direitos Humanos, participando ativamente de discussões voltadas para a construção de uma agenda pública para a diversidade, a ser incorporada na Constituição Federal de 1988. Na produção dessa agenda, as diferenças culturais passaram a informar as construções narrativas a respeito das novas noções de cidadania, reivindicadas e negociadas por movimentos sociais junto ao Estado e aos governos.

Antropólogos especialistas, muitas vezes em nome da Associação Brasileira de Antropologia, fizeram a interlocução junto à Assembleia Constituinte quando se tratava de direitos indígenas, quilombolas, populações tradicionais e patrimônio cultural. A partir da Constituição de 1988, os antropólogos passaram a se dedicar, na esfera pública, à promoção e à defesa dos direitos conquistados, ao mesmo tempo em que adensavam os estudos sobre a diversidade sociocultural.

Desse modo, diferentes tipos de reivindicações no campo dos direitos começaram a mobilizar não apenas os novos atores sociais da diversidade, que logo perceberam nas políticas públicas oportunidades de reconhecimento e de ganhos sociais, como também muitos antropólogos, que encamparam este desafio de luta face às diferentes demandas dos grupos sociais que pesquisavam.

É provável que um dos pontos centrais para a compreensão e entendimento desse fenômeno – assim como do protagonismo que chegaram a conhecer

a antropologia e a ABA no momento político atual – deva-se em particular a um conjunto de mudanças conceituais operadas no campo dos direitos relacionados às chamadas políticas de identidade e o reconhecimento de direitos culturalmente diferenciados.

No Brasil, essas mudanças podem ser associadas a processos de construção democrática mais recentes, que começavam a questionar alguns dos princípios do universalismo liberal, envolvendo o Estado, a cidadania e os direitos, baseados na premissa contratual de igualdade entre os indivíduos. No caso brasileiro, não é novidade, a ideia de diversidade se apresentou, desde o final do século XIX, como obstáculo à lógica universalizante e homogeneizadora do Estado, posto a serviço da chamada “*nation-building*”. Embora cumprida tal função, o projeto político de uma unidade étnica nacional continuaria ainda por muito tempo a produzir representações monoétnicas e monoculturais do Estado-nação, com o objetivo de apagar diferenças culturais.

Foi somente a partir da década de 1980 que as diferenças culturais se legitimariam perante a tutela de políticas públicas implementadas pelo Estado, ganhando visibilidade nos imaginários políticos nacionais e internacionais e, de certa maneira, suscitando novas estratégias de mobilização social, política e de recursos simbólicos na busca pelo reconhecimento e garantia de direitos⁶.

É também nesse contexto que emergem variadas demandas políticas na esfera pública, traduzindo a crescente e complexa pluralidade da sociedade civil, com diferentes intersecções no processo de construções identitárias. Assim, novos sujeitos políticos ascendem à cena pública, muitos deles oriundos de movimentos sociais que eclodiram durante o processo de redemocratização do país, tornando-se importantes porta-vozes das reivindicações de indígenas, de negros, de afrodescendentes, de quilombolas, de populações rurais, de jovens da periferia, de mulheres, de lésbicas, de gays, de transexuais, de travestis, de moradores de rua, de “sem terra”, entre outras ditas minorias.

Enfim, a retórica da identidade e da diversidade passava a constituir uma importante categoria discursiva e aplicativa a compor e influenciar a agenda das políticas públicas no país. Deste modo, as políticas de identidade ressignificaram os sentidos da desigualdade social e, com isso, desafiaram operadores da política e do direito a lidarem com diferentes tipos de demandas cujos denominadores comuns não se reduziam apenas à categoria de classes sociais antagônicas.

DAS POLÍTICAS DE IDENTIDADE À COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)

Desde a instauração dos direitos fundamentais na forma da Constituição Brasileira de 1988 até os dias atuais, nos quais se inscreve um cenário político especialmente adverso, a Associação Brasileira de Antropologia tem se dedicado

⁶ Nancy Fraser e Axel Honneth problematizam a polaridade entre igualdade social e diferença cultural ao discutirem as relações entre redistribuição e reconhecimento como forças motrizes principais na gramática de reivindicações políticas atuais. Reeditando debate anterior entre Charles Taylor e Jürgen Habermas em torno das políticas de reconhecimento em sociedades democráticas de tradição liberal, Fraser e Honneth chamam a atenção, a partir de perspectivas diversas, para os aspectos políticos e éticos do reconhecimento na formulação de um conceito ampliado de justiça. Sobre o assunto, ver Taylor (1994) e Fraser e Honneth (2003).

a refletir, em especial, sobre os direitos indígenas, quilombolas, de povos tradicionais, sobre os direitos ao patrimônio cultural, à não discriminação sexual e racial, à pluralidade e diversidade de identidades de gênero, sexualidade, raça, cultura e religião.

Um traço histórico da atuação da ABA consiste na presença atuante de seus membros na esfera pública, fazendo convergir a excelência da produção do conhecimento acadêmico e de pesquisa com diferentes tipos de demandas relacionadas ao reconhecimento e garantias de direitos dos atores sociais da diversidade.

O processo pelo qual a antropologia ganha centralidade política nas dinâmicas sociais contemporâneas aparece de modo entrelaçado ao aumento da visibilidade e da importância no cenário político nacional dos sujeitos sobre os quais se debruça para a construção de conhecimento. Como bem lembra o artigo de Carrara, França e Simões (2018) neste dossiê, a partir das reflexões de Eunice Durham (1986) e Ruth Cardoso (1986), a antropologia renovou-se com a efervescência política “pós-redemocratização”, a partir do processo que Sérgio Carrara (2016) chamou de *cidadanização* dos sujeitos políticos junto aos quais pesquisava.

Longe de ser uma simples transferência da centralidade política dos sujeitos estudados para os(as) cientistas que produziam e seguem produzindo conhecimento a partir deles, esse processo incidiu sobre a própria prática científica dos(as) antropólogos(as).

A entrada mais visível de tais sujeitos na cena política brasileira se fez acompanhar de um processo de refinamento teórico-metodológico, exigindo o aprofundamento da “reflexão sobre esses novos ‘sujeitos’/‘objetos’ de conhecimento e investigação, bem como sobre os conflitos, diversidades e desigualdades na própria relação de pesquisa”, permitindo que os(as) “praticantes da antropologia tornassem mais refinada a compreensão de seu próprio ofício, problematizando contextos e condições em que seus próprios discursos emergiam e eventualmente entravam em campos conflagrados” (Carrara, França e Simões, 2018).

Ao mesmo tempo em que os sujeitos políticos demandavam reconhecimento e conquistavam parcialmente direitos a partir de legislação e políticas públicas, de estruturas governamentais específicas e, no limite dos conflitos não solucionados por outros meios, do apelo ao Judiciário, os(as) antropólogos(as) eram chamados(as) a se posicionar em arenas tão distintas como matérias jornalísticas e conferências de direitos humanos, convocadas pelo Executivo nos diversos níveis de governo, visando a construção de planos norteadores de políticas públicas.

A convivência e a necessidade de diálogo com diferentes (e por vezes conflitantes) perspectivas ativistas, de gestores públicos e de atores do Judiciário foi aos poucos se tornando parte do cotidiano profissional. Alguns termos do

repertório político por vezes se aproximavam do jargão empregado na prática científica e os trânsitos de pessoas, ideias e categorias faziam com que “os diferentes atores envolvidos nesse processo apenas (pudessem) ser distinguidos como ‘ativistas’, ‘acadêmicos’ ou ‘gestores de políticas públicas’ por um trabalho de depuração *a posteriori*” (Carrara, 2016: e164717).

Contudo, embora os termos mobilizados pareçam ser os mesmos, seus sentidos estavam, em geral, em disputa, e os(as) antropólogos(as) estiveram, assim como ainda estão, atentos(as) aos trânsitos, aos sentidos e aos seus efeitos nas relações entre os atores que integram seus campos de pesquisa. Não é ao acaso que, ao mesmo tempo em que a ABA manteve intensa atuação de incidência política⁷ em favor dos direitos fundamentais de populações e sujeitos que constituem os diversos campos de pesquisa que foram sendo incorporados pela antropologia, manteve também um lugar destacado nos debates acerca da ética em pesquisa envolvendo seres humanos no âmbito das ciências humanas.⁸ Tal envolvimento deriva do zelo com que os(as) antropólogos(as) tendem a lidar com as relações sociais e os intrincados processos políticos em que estão imersos seus temas de pesquisa.

As articulações entre ciência e política estão presentes nas mais diversas áreas do conhecimento e têm sido objeto de reflexão científica. O tipo de conhecimento produzido na antropologia, bem como as características do método etnográfico, sempre propiciaram o exame crítico de tais relações no processo de produção e divulgação do conhecimento. O deslocamento para o centro do debate público dos sujeitos estudados pelos(as) antropólogos(as) tendeu a intensificar esse caráter reflexivo.

Os anos que se sucederam à Constituinte demarcaram momentos em que as referências políticas aos novos sujeitos de direito tenderam a ser positivas pelos sucessivos governos democráticos. Foram demarcadas terras indígenas e territórios quilombolas e estabelecidos os procedimentos legais para isso, embora o ritmo tenha sido lento, depois de estabelecido o contraditório junto ao Judiciário, segundo o Decreto nº 1.775 do governo Fernando Henrique.⁹ Em especial, os governos Lula (2003 a 2010) e Dilma (2011 a 2015) estabeleceram relações formais e informais com os movimentos sociais, sejam os identificados com as lutas por “reconhecimento”, sejam os sindicais, sejam os de trabalhadores sem-terra, assim como organizaram Secretarias ou Ministérios voltados para Direitos Humanos, Políticas para as Mulheres, Diversidade Sexual e para o Enfrentamento à Discriminação Racial.

Os anos de 2015 e 2016 destacaram-se pela paralisia dos processos de regularização fundiária de terras indígenas e de quilombos, amplamente “judicializados”, isto é, questionados e inviabilizados junto ao poder judiciário por partes contrárias às demarcações. Durante o primeiro mandato de Dilma,

7 Referimo-nos ao acompanhamento das questões trabalhadas pelas comissões e comitês da entidade, que resultaram na produção de notas públicas, publicações e eventos científicos para o adensamento da reflexão acerca de questões que emergiram e se tornaram candentes no cenário público brasileiro. As notas públicas, publicações e programações de eventos produzidos nos últimos anos podem ser acessados no site da ABA.

8 A ABA conta com um Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas, cujas atividades podem ser acessadas no endereço: <http://www.portal.abant.org.br/index.php/22-quem-somos/216-comite-de-etica-em-pesquisa-nas-ciencias-humanas>. De acordo com o relatório de atividades do Comitê em 2015: “O Comitê de Ética em Pesquisa da ABA funciona em articulação estreita com o Grupo de Trabalho do Fórum das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas que se ocupa desse mesmo tema. Esse trabalho conjunto se impõe pelo fato de que a questão da ética em pesquisa vem sendo objeto de uma luta coletiva das ciências humanas e sociais (CHS) contra a subordinação indevida em que se encontram as pesquisas nessa área à normatização oriunda do Conselho Nacional de Saúde (CNS), concebida com base em premissas da bioética e construída em torno de problemáticas características da biomedicina”. Ver ainda o dossiê organizado por Santos e Jeolás (2015) na *Revista Brasileira de Sociologia* e o organizado por Sarti, Pereira e Meinerz (2017) na *Revista Mundaú*.

9 “O Presidente da República assinou o Decreto nº 1.775 em 1996, modificando o procedimento para a

a paralisia já era flagrante, mas ganha visibilidade na mídia em 2015.¹⁰ No entanto, as referências políticas governamentais aos direitos à terra de indígenas e quilombolas eram positivas.

Foram as CPI FUNAI-INCRA¹¹ e 2¹², de iniciativa da Frente Parlamentar Agropecuária na Câmara dos Deputados, que fizeram irromper no cenário político uma contranarrativa aos direitos de indígenas e quilombolas. Para isso, produziram uma inédita acusação de fraude a todo o fazer antropológico. Embora acusem a feitura dos estudos técnicos de delimitação de terras e de produção de laudos, criticam o método antropológico por excelência, que é o estudo etnográfico profundo, que exige contato e convívio com a população estudada.

Tal acusação e o envolvimento de uma das mais antigas associações científicas brasileiras numa CPI se dão num contexto que a ABA tem acompanhado com preocupação há alguns anos. Trata-se de uma conjuntura política e econômica nacional que se tem mostrado favorável às medidas e políticas que estimulam o crescimento econômico em detrimento dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, bem como dos acordos e tratados internacionais firmados para proteger e promover a vida humana em toda a sua diversidade cultural e societária.

A explicitação de um quadro crítico e de descumprimento da legislação pertinente, e a subsequente investida contra a prática e o conhecimento antropológicos, não se limitaram a restringir os direitos territoriais de povos indígenas e quilombolas. Os direitos ambientais foram confrontados, em 05 de novembro de 2015, com desastre ocasionado pela barragem de rejeitos da empresa de mineração Samarco em Mariana, Minas Gerais. O grave crime contra vidas humanas e o meio ambiente continua sem maiores punições ou compensações até o momento. Enquanto isso, no Senado, tramitou em tempo recorde o Projeto de Lei nº 654/2015, de autoria do Senador Romero Jucá, que dispõe “(...) sobre o procedimento de licenciamento ambiental especial para empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos e de interesse nacional”. Por ele, o rito administrativo do licenciamento ambiental, que com suas imperfeições tem salvaguardado populações tradicionais afetadas por grandes projetos de infraestrutura, se vê aligeirado ao ponto de tornar-se inócuo. Soma-se a este cenário adverso o registro de episódios trágicos de violência e mortes no campo contra indígenas – como o ataque aos indígenas Gamela – e trabalhadores e trabalhadoras rurais – como os ocorridos em Colníza (MT) e Pau d’Arco (PA).

O perfil da legislatura atual sugere descompromisso com os direitos diferenciados de amplos setores da população. Em todos estes cenários viu-se a operação da aliança urdida por setores sociais voltados à exportação de *commodities*, com amplo investimento financeiro nas campanhas eleitorais de repre-

demarcação das terras indígenas no Brasil (TIs). Segundo o ministro (Jobim), as alterações visavam sanear juridicamente este procedimento, introduzindo o princípio do contraditório, o que significa a abertura de prazo no processo administrativo de demarcação para a contestação dos limites identificados para as terras indígenas por parte de terceiros interessados, inclusive garimpeiros, posseiros e fazendeiros invasores de terras indígenas” (Santilli, 1997:07).

10 Ver notícia do Jornal O Estado de São Paulo de 15 de fevereiro de 2015 em <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-reduz-estrutura-da-funai-e-tem-menor-demarcacao-de-terras-desde-1985,1634979>; acesso em: 19 mar. 2018.

11 Requerimento da primeira CPI FUNAI-INCRA em 6 de abril de 2015. Ato de Criação em 28 de outubro de 2015. Ato de Constituição em 04 de novembro de 2015. Reunião de instalação e eleição em 11 de novembro de 2015. Prazo de funcionamento com prorrogações: 11/11/2015 a 17/08/2016

12 Requerimento da CPI FUNAI-INCRA 2 em 24 de agosto de 2016. Ato de Criação em 30 de agosto de 2016. Ato de Constituição em 13 de outubro de 2016. Instalação e Eleição em 25 de outubro de 2016. Prazo de Funcionamento com prorrogações 18/10/2016 a 25/06/2017.

sentantes do agronegócio, dos setores de extração mineral e de parlamentares evangélicos. Foram organizadas Frentes Parlamentares que, a partir de diferentes temáticas, têm atuado em consonância, expressando interesses econômicos e religiosos conservadores que se têm mostrado antidemocráticos.

Um dos focos dos parlamentares evangélicos (em aliança com os segmentos conservadores da bancada católica) tem sido o ataque ao reconhecimento de direitos sexuais e reprodutivos, com projetos de lei que ameaçam garantias legais como o aborto em casos de estupro, risco de vida para a mãe ou anencefalia, ou a prevenção à gravidez decorrente de estupro. O crescimento das forças conservadoras no Congresso produziu pressão nos governos Lula e Dilma e aos poucos teve por efeito distanciamento entre esses governos e os movimentos feministas e de diversidade sexual. O distanciamento se fez sentir especialmente depois de 2014, mas já tivera início antes (Machado, 2016). O avanço das forças políticas no Legislativo brasileiro em prol de uma moralidade conservadora e contrária às políticas referidas a gênero e a diversidade sexual, já vinha se organizando desde o ano de 2005. Em reação a uma proposta de legalização do aborto de iniciativa do Executivo, organizaram-se sucessivas Frentes Parlamentares pela Vida e pela Família. Machado denomina tais movimentos como neoconservadores dado seu caráter moderno de articulação entre a cadeira legislativa, a manipulação do púlpito religioso e o uso das concessões de meios de comunicação (Machado, 2017). Almeida (2017) aponta o avanço das forças conservadoras no Legislativo. São essas Frentes as que interditaram em 2014 o uso do termo “gênero” e a presença de políticas contra a discriminação de gênero no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024).

Dos balanços recentes, divulgados no início de 2016, sobre os impactos da “crise econômica e política” no Brasil, depreende-se que esta tem sido mais extensa e profunda do que se projetava à época. Isto decorre não apenas em função da não explicitação do contexto de crise econômica durante o período de campanha eleitoral de 2014, mas, sobretudo, devido à plataforma política do atual governo e a uma legislatura também adversa ao estado de bem-estar social. Executivo e Legislativo em 2017 e 2018 estão empenhados em promover reformas institucionais baseadas na supressão de direitos fundamentais, na desregulamentação, na flexibilização do trabalho, na liberalização do capital, com restrições de despesas públicas e erosão do Estado social.

No que tange ao contexto acadêmico, este se viu também impactado, não somente pelos drásticos cortes orçamentários, como também pelo cerceamento da liberdade de expressão e a violação de direitos, especialmente nos campos em que os(as) antropólogos(as) desenvolvem seus trabalhos de reconhecimento e efetivação de direitos fundamentais da sociedade em sua composição plural.

O discurso político neste novo cenário conservador está descaracterizando a importância da ciência e da tecnologia e está especialmente presente nas acusações ao fazer antropológico que produz conhecimento sobre povos tradicionais e no fazer das ciências sociais – antropologia, sociologia e ciência política – que produzem conhecimento sobre gênero, diversidade sexual e raça. Ou seja, busca atingir os sujeitos que emergiram no cenário nacional a partir dos movimentos por reconhecimento de sujeitos políticos nas últimas décadas.

Está-se diante de um cenário onde se inscrevem contranarrativas aos direitos a identidades impressos na Constituição Brasileira de 1988.

PRÁTICAS CIENTÍFICAS EM NOVOS CENÁRIOS POLÍTICOS: ANTROPOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

Diante deste atual cenário conservador, ou, mais amplamente, pela sua tradicional postura na esfera pública, a ABA, através de suas comissões, comitês, grupos de trabalho e moções aprovadas em suas reuniões científicas, tem elaborado e disponibilizado um número significativo de notas e análises, bem como de material informativo, didático e científico, em formato impresso, eletrônico e audiovisual, disponíveis em seu portal eletrônico (<http://www.portal.abant.org.br>), com o objetivo de promover e assegurar aos seus associados e ao público interessado, nas universidades, no Estado e na sociedade civil, materiais diversificados que reflitam os principais embates e desafios da antropologia no contexto contemporâneo. Tais procedimentos estão presentes nos mais diversos cenários e conjunturas políticas.

A principal pergunta metodológica que desafia a produção de conhecimentos resulta da inevitável articulação entre ciência e política, e da inevitável necessidade de reflexão sobre a articulação entre a dupla posição de sujeito de conhecimento e de sujeito social inserido no mundo das relações sociais.

A narrativa política das acusações conservadoras reivindica falar de uma posição da “verdade”: a política seria neutra, enquanto as ciências sociais estariam se colocando em posição ideológica. O espaço da política inevitavelmente se funda em debates e conflitos por interesse e disputa de poder e, portanto, jamais poderia falar em nome de uma verdade universal indiscutível e neutra. Mesmo assim, exige-se e se pressupõe que a ciência social seja neutra. Conforme assinala O'Dwyer (2018) neste dossiê, é Arendt (2007) quem lembra que a arte da política muitas vezes exige “a inverdade” como um “meio justificável nos assuntos políticos” (Arendt, 2007: 8-9).

Se o espaço da ciência social jamais é neutro, tampouco pode ser um mero julgamento de valor. Nossa prática implica necessariamente procedimentos e metodologias disciplinares e uma reflexão sobre o lugar do sujeito de conheci-

mento e sua posição social.

As acusações feitas pelas CPIs à antropologia e as acusações emanadas das forças conservadoras do Legislativo e do Executivo contra o conceito de gênero, alcunhando-o de “ideologia de gênero”, longe estão da discussão epistemológica das relações entre sujeito e objeto de conhecimento que levam à questão da inserção no complexo das relações societárias. Tais pleitos se baseiam num simples procedimento: onde encontram posições de estudos e pesquisas contrárias aos seus interesses ou à sua visão de mundo, descaracterizam o conhecimento científico das ciências sociais e o acusam de “ideologia” ou de “fraude”.

O requerimento 86/2016 do relator Nilson Leitão e outros na CPI FUNAI-IN-CRA 2, à página 1, afirmava que a “ABA penetrou e está aparelhando órgãos e entidades do estado brasileiro, claro que com a complacência, para não dizer cumplicidade com os antropólogos que ‘rezam pela sua cartilha’”. Continua com afirmações sem fundamento, tal como à página 13: “Sendo assim, os ‘engajados’ antropólogos estariam sendo orientados e até mesmo obrigados a sempre concluir pela ocupação tradicional do território, (...) o que acarretaria uma série de fraudes”.

A ABA introduziu, no Relatório Paralelo¹², argumentos contrários às acusações infundadas, baseada em especial no seu Código de Ética e em documento recente publicado pela Associação, em 2015, intitulado “Protocolo de Brasília: laudos periciais – condições para o exercício de um trabalho científico”.

O Código de Ética da ABA exige respeito às populações estudadas e obriga o(a) pesquisador(a) a deixar claros seus objetivos para os grupos e populações que sejam objeto de suas análises – expressão do seu compromisso com o desenvolvimento do conhecimento, e com aqueles(as) com quem mantém relação de interlocução. Em seu item 7 dos direitos dos(as) antropólogos(as), o Código postula que “os direitos dos antropólogos devem estar subordinados aos direitos das populações que são objeto de pesquisa e têm como contrapartida as responsabilidades inerentes ao exercício da atividade científica”. Há aqui reconhecimento da ordem jurídica vigente. Não se trata, portanto, de uma subordinação da investigação antropológica às metas dos povos e comunidades com que os(as) antropólogos(as) trabalham. Trata-se da percepção de que os direitos de um(a) pesquisador(a) são balizados pelo que a legislação brasileira estabelece como direitos dessas populações. O seu compromisso e responsabilidade é “realizar o trabalho dentro dos cânones de objetividade e rigor inerentes à prática científica”.¹³ Quando, por exemplo, através dos procedimentos científicos e etnográficos, o(a) antropólogo(a) conclui que estão dadas as condições de territorialidade daquele povo tradicional ou originário, exigidas pela Constituição Federal, o (a) antropólogo(a) deve assim se posicionar.

No documento, “Protocolo de Brasília: laudos periciais – condições para o

12 A ABA, através da sua Presidência e da Coordenação do Comitê de Assuntos Indígenas, contribuiu na confecção do Relatório Paralelo CPI FUNAI INCRA 2 (na parte relativa à ABA e aos antropólogos) que subsidiou o Voto em separado de membros contrários aos votos da maioria. A redação dos argumentos contrários às acusações da CPI se fundamentou em toda a história da Associação e nas históricas contribuições de seus associados.

13 Ver <http://www.portal.abant.org.br/index.php/codigo-de-etica>.

exercício de um trabalho científico” (ABA, 2015), vale a pena sublinhar o trecho abaixo reproduzido:

No fazer antropológico, para dar conta da complexidade da relação entre o grupo social estudado e o seu território, abarcando formas de organização social, modos de pensar e sentir, práticas e experiências cotidianas, podem ser utilizadas diversas técnicas e procedimentos de investigação, tais como: censos demográficos, entrevistas, levantamentos genealógicos, de trajetórias e de memórias individuais e coletivas, identificação de elementos relevantes em termos de uso e ocupação do território, produção de registros escritos (cadernos de campo), gravados e imagéticos, observação direta e participante, levantamentos bibliográficos e documentais, dentre outras. Ressalta-se que tais técnicas e procedimentos devem sempre respeitar o ritmo da cotidianidade dos indivíduos e das comunidades e deverão ser acionados pelos (as) antropólogos(as) em conformidade com contextos e situações sociais específicos, respeitando-se suas particularidades.

Tais técnicas e procedimentos comumente são utilizados à luz das teorias antropológicas, visando à construção da própria etnografia e à sustentação da argumentação. O recurso a arcabouços e referenciais teóricos sobre as várias dimensões da vida social (parentesco, processos técnicos, economia, sociabilidade, religião, política, cosmologia, representações sociais, entre outros) e sobre distintos grupos coletivos e segmentos (diferenciados por questões étnicas, raciais, de gênero, geracionais etc.) tem corroborado a construção etnográfica, levando-se em consideração os históricos de interações em diversas escalas sociais e territoriais (ABA, 2015:21).

O método antropológico inclui, por excelência, a etnografia baseada obrigatoriamente no diálogo com a comunidade ou povo estudado. É esta condição de diálogo inerente à prática científica antropológica que a CPI FUNAI-INCRA busca descaracterizar acusando-a de “fraude”, ou de “conluio”. Um pontual resgate de trabalhos clássicos sobre o tema nos auxilia a fazer frente a essa acusação.

Para Weber,

O conhecimento científico-cultural, tal como o entendemos, encontra-se preso, portanto, às premissas subjetivas pelo fato de apenas se ocuparem daqueles elementos da realidade que apresentem alguma relação, por muito indireta que seja, com os acontecimentos a que conferimos significação cultural (2003: 101).

A “neutralidade axiológica” proposta por Weber para o conhecimento das ciências humanas busca afastar o(a) pesquisador(a) do comprometimento a “julgamentos de valor”, mas sua inserção no mundo social de sentidos (“relação a

valores”) é fundamental para a objetividade da pesquisa, pois sem a inserção no mundo dos sentidos, não pode haver conhecimento (Weber, 1999: 109).

Para Habermas (1989: 43), a imparcialidade somente pode ser entendida no contexto de uma “verdade” sempre contextualizada, não abstrata, e que depende das condições de produção do saber.

Nessa toada, o “conhecimento situado” ou “saber localizado” proposto pelas teorias feministas, tal como explicitado por Haraway, vai mais adiante: conceitua a objetividade das ciências humanas como parcial. Não se entenda o termo “parcial”, como antônimo de “imparcial”, tal como usado no sistema judicial. No sistema judicial, o termo “parcial” é usado para se criticar a posição de se tomar partido por uma das partes na contenda sem analisar as provas.

“Conhecimento situado” é uma posição epistemológica que se coloca contra o suposto da neutralidade científica que se constituiria em “um olhar que vem de lugar nenhum e que alega ver sem ser visto” (Arendt e Moraes, 2016). Contra a imagem de um olhar vindo de cima de todos, quase uma metáfora da imagem de deus, Haraway pergunta: “com o sangue de quem foram feitos os meus olhos?” (1995: 25).

Haraway busca a parcialidade “pelas possibilidades de conexões e aberturas inesperadas que o conhecimento situado oferece” e tem por meta “melhores explicações do mundo” (1995: 32-33). Objetividade significará, então, que os saberes são localizados, específicos, particulares, abordados a partir de uma perspectiva parcial. Não há conhecimento sem mediação, isto é, sem ser tecido num conjunto de relações.

Adotar uma perspectiva parcial é assumir que o conhecimento situado implica poder ver e se situar, bem como situar os vários sujeitos sociais, em situações contraditórias e conflituosas. “Não interpretar o caçador ou o vegetariano é não julgá-los a partir de um critério superior a eles, que resolveria o conflito e evitaria a controvérsia. Aceitar a coexistência polêmica de ambos será resistir à tentação de resolver suas verdades contraditórias” (Arendt e Moraes, 2016: 13)¹⁴. Mais que polêmicas, trata-se aqui de conflitos. Na produção de laudos, os conflitos devem aparecer, não podem ser subtraídos, mas serão os sentidos dados pelos povos tradicionais à sua forma de viver, organizar e sentir que configurarão ou não direitos à territorialidade conforme prevê a Constituição.

Os desafios da produção das ciências sociais e da antropologia consistem em se contrapor ao senso comum e às posições conservadoras, apontando que não há neutralidade na produção de conhecimento científico sobre o social e cultural, pois é necessário se inserir no mundo simbólico para poder construir as diversas posições de sentido dadas pelos sujeitos sociais. Isto não quer dizer que não haja objetividade e imparcialidade, se as entendemos como a inclusão máxima das posições divergentes num contexto social em análise, e se nelas

14 Referindo-se a conferências de Despret em 2015. Ver também Despret e Stengers (2011).

explicitarmos a posição do sujeito de conhecimento.

Se a objetividade nas ciências sociais implica a explicitação da posição situada do sujeito de conhecimento, ela exige o uso de metodologias e saberes disciplinares na interpretação e análise de todo um conjunto de sujeitos sociais e de suas relações no interior de um complexo sistema de relações sociais, incluindo contextos, circunstâncias, sentidos simbólicos e relações materiais.

Em cenários políticos adversos, cabe às ciências sociais afirmarem continuamente que, se a construção da metodologia científica não se reduz a um ponto de vista, pois obedece a procedimentos construídos no próprio campo, dele, no entanto, não pode prescindir. Cabe, ainda, se contrapor à ingenuidade e à imposição de uma fala política que, sem produzir conhecimento, julga dizer a verdade, em nome de uma neutralidade inexistente.

FAZER CIENTÍFICO EM TEMPOS DE CONSERVADORISMOS: DILEMAS E DESAFIOS

A partir desse cenário de ameaça e depreciação do exercício da antropologia e dos saberes no âmbito das ciências sociais, a ABA elaborou uma série de atividades cujo objetivo consiste em refletir sobre o papel da antropologia e dos(as) antropólogos(as) face aos dilemas e desafios que se delineiam em determinadas agendas de Estado. Uma dessas atividades foi realizada na 41ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), como *Fórum 6 – Quem tem medo dos antropólogo(a)s? Dilemas e desafios para a produção e práticas científicas em novos cenários políticos*, entre os dias 24 e 26 de outubro de 2017.

A proposta dessa atividade, que contou com a contribuição dos(as) organizadores(as) deste dossiê e de Sérgio Carrara, foi convidar outros(as) cientistas sociais e de áreas afins, bem como representantes de instituições públicas governamentais e não governamentais, a refletirem coletivamente sobre que tipo de conhecimento temos produzido, como isso tem impactado questões de interesse público (conflitos ambientais, territoriais, gênero e sexualidade, raça, etnicidade, patrimônio, entre outros) e seus reflexos em políticas voltadas para os direitos fundamentais. Por fim, pretendia-se ampliar a discussão sobre novos cenários éticos e políticos a partir dos quais a produção do conhecimento científico tem sido, muitas vezes, depreciada ou até mesmo criminalizada.

Os artigos que integram este dossiê foram desenvolvidos a partir de apresentações realizadas nesse Fórum. Compuseram sessões nas quais antropólogos(as) apresentaram suas contribuições a partir de diferentes subáreas temáticas de atuação, que foram debatidas por colegas da sociologia ou ciência política então integrantes da diretoria ou de comissões temáticas da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). O

mesmo modelo foi adotado aqui. Assim, seguem-se quatro artigos produzidos por antropólogos(as) e dois artigos que incorporam os debates realizados por colegas, uma que atua a partir da sociologia e outra da ciência política.

O dossiê é aberto pelo artigo de Eliane Cantarino O'Dwyer (2018), que reflete sobre o fazer antropológico a partir dos processos de construção moderna do Brasil como Estado-nação, considerados em sua relação com novas formas de fazer histórico que emergem, especialmente a partir da Constituição de 1988, mediante o reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas por indígenas, quilombolas e outras categorias de povos tradicionais. A autora situa nessa reflexão as acusações, ataques e processos de criminalização dirigidos a antropólogos(as) e à própria ABA no contexto da CPI FUNAI-INCRA.

O ponto de partida de O'Dwyer são os laudos e relatórios antropológicos, que vêm sendo alvo de ataque sistemático no âmbito dessa CPI. Assinala a interpretação vigente que conecta o reconhecimento do direito à terra de povos tradicionais a disposições constitucionais acerca da proteção de seus direitos culturais e da valorização da diversidade étnica e cultural. Ao abordar o modo como antropólogos têm atuado na direção do reconhecimento de tais direitos, a autora tece as conexões entre essa atuação pública e os debates que constituem o conhecimento científico produzido em âmbito internacional pela antropologia acerca de temas clássicos como identidade étnica, fronteiras étnicas e cultura. Analisa, por fim, o nexo entre as estratégias de desqualificação e criminalização de pesquisadores(as) e de práticas de pesquisa e o ataque a direitos territoriais e culturais de povos tradicionais pela CPI FUNAI-INCRA.

O artigo de Lorenzo Macagno (2018) toma como ponto de partida acusações contra a ABA presentes em um dos requerimentos emitidos pela CPI FUNAI-INCRA 2. Aborda a mobilização, nesse documento, dos argumentos de Napoleon A. Chagnon, um dos poucos antropólogos a adotar os postulados da chamada sociobiologia. Entre esses argumentos está a afirmação de que os(as) antropólogos(as) brasileiros(as) não fariam ciência, mas ativismo, que é tomada como ponto de partida pelo autor para revisitar uma controvérsia que, desde a década de 1970, dividiu antropólogos(as) e sociobiólogos(as) no campo científico.

Macagno leva-nos assim a refletir sobre o atual debate acerca das articulações entre ciência e política, seja na relação entre a antropologia e outras áreas do conhecimento ou a partir de debates no interior da própria antropologia, como o ocorrido na segunda metade do século XX a propósito da adesão de alguns(mas) antropólogos(as) às teorias da sociobiologia.

A reflexão de Macagno é conduzida a partir de uma das facetas do fazer antropológico, a atividade de formação de jovens antropólogos(as) no âmbito das universidades, e da reflexividade produzida por meio do estudo das contribuições teórico-metodológicas desenvolvidas em diferentes tempos e espaços

pela atividade de pesquisa.

Izabela Tamaso (2018) focaliza os desafios enfrentados por antropólogos(as) que atuam no campo dos patrimônios. Parte de uma reflexão sobre como a antropologia operou reflexivamente nas estruturas estatais e não governamentais nas últimas cinco décadas, provocando uma alteração tanto no conceito de patrimônio cultural, quanto nas formas de praticar a conservação, a preservação, a salvaguarda e a comunicação dos bens culturais tomados como representativos para a nação, os estados e os municípios. Argumenta que, ao longo do processo, os(as) antropólogos(as) acabaram por se tornar parte dele, ao atuarem como agentes das políticas públicas que eles(as) mesmos pesquisaram, analisaram, interpretaram.

Tamaso parte de dois casos que compõem sua própria experiência como pesquisadora, que toma como material para reflexão, mobilizando mais uma das facetas do fazer antropológico. Os relatos de campo envolvendo a própria pesquisadora são o mote para refletir sobre a relação pesquisador(a)/agente dos patrimônios culturais e sobre alguns dos desafios, postos pelo campo, para o fazer antropológico comprometido com culturas populares e tradicionais, minorias sociais e populações vulneráveis. Pensa sobre o papel dos(as) antropólogos(as) e da antropologia diante de desafios que se delineiam frente a agendas do Estado, envolvendo o tipo de conhecimento produzido na atuação relacionada aos patrimônios e como este tem impactado questões de interesse público.

Reflexão com foco semelhante é conduzida por Sérgio Carrara, Isadora Lins França e Júlio Simões (2018) a partir dos estudos antropológicos sobre gênero e sexualidade. O artigo se dedica a pensar como tal conhecimento tem afetado os modos como a própria prática científica dos(as) antropólogos(as) vem sendo socialmente percebida e avaliada. Seu ponto de partida é a análise de documentos de posicionamento público divulgados pelo Comitê de Gênero e Sexualidade da ABA ao longo dos últimos anos. Mobilizam assim outra faceta do fazer antropológico: a reflexão coletiva, fundamentada no conhecimento científico, com a finalidade de expressar publicamente preocupações ou oferecer recomendações de uma comunidade científica em momentos considerados críticos.

O artigo toma como foco de análise o engajamento político dos(as) antropólogos(as), que se torna visível e passa a ser objeto da reflexividade própria dessa comunidade científica a partir do processo de abertura democrática, ao final dos anos 1970. Os(as) autores(as) argumentam que, ao contrário de se configurar como entrave ao compromisso com o rigor e a crítica, tal engajamento tornou-se um imperativo ético e permitiu que praticantes da antropologia tornassem mais refinada a compreensão de seu próprio ofício, por meio da problematização dos contextos e condições em que seus próprios discursos emergem. Ao analisar o processo de produção de posicionamentos públicos da ABA nos últimos anos, Carrara, França e Simões enfatizam que o que produzimos é conhecimento,

sempre politicamente implicado, sem, contudo, prescindir do rigor lógico, conceitual e metodológico que aplicamos às pesquisas que realizamos.

O artigo de Flávia Biroli (2018) retoma episódios centrais da emergência de uma ideologia antipluralista e anticosmopolita nas novas configurações do neoliberalismo brasileiro, especialmente no que concerne ao seu impacto sobre a agenda da igualdade de gênero e da diversidade sexual, propondo uma reflexão sobre sua conexão com os processos atuais de fechamento da democracia. A autora destaca três aspectos fundamentais desse processo.

O primeiro desses aspectos é um enfraquecimento de soluções coletivas ou públicas para o cuidado, implicando a responsabilização familiar e uma chamada ao “restabelecimento da ordem de gênero”. O segundo aspecto está relacionado a uma menor permeabilidade do Estado a interesses que não sejam encampados pelos agentes do mercado, normalizando novos padrões de precarização da vida e do trabalho e gerando inseguranças, que são exploradas de modo a hipervalorizar questões de ordem moral e a gerar posições favoráveis à expansão da dimensão repressiva do Estado e da militarização como soluções. O terceiro aspecto está relacionado à produção do conhecimento e retoma o debate mais amplo deste dossiê acerca das denúncias de “parcialidade” e de ideologização de pesquisadoras(es) e professores(as) e, de modo amplo, do conhecimento que produzimos – denúncias que resultam na criminalização de profissionais e no questionamento dos fundamentos de sua competência.

Márcia Lima (2018) procura explorar os desafios colocados para intelectuais das ciências sociais no atual cenário conservador em curso na sociedade brasileira. Identifica dois processos correlatos. O primeiro envolve a restrição econômica e crescimento do conservadorismo no Congresso e no Executivo. O segundo está relacionado aos resultados das mudanças produzidas pela redução das desigualdades sociais e raciais nas últimas décadas e a consequente alteração do cenário e dos atores envolvidos nos espaços de produção de conhecimento.

Lima argumenta que o cenário mais estrutural dessas tensões envolve processos redistributivos ancorados em formas de reconhecimento. Assinala, ainda, as mudanças no papel e no lugar das ciências sociais ao longo dos processos que envolveram redistribuição e reconhecimento, evidenciando a interface entre produção acadêmica e implantação de políticas públicas e os conflitos entre o tratamento dado a determinados temas na academia e as lógicas que permeiam processos decisórios no âmbito da gestão pública ou da representação no Legislativo.

Todos os textos estimulam a reflexão sobre os desafios políticos inerentes ao atual cenário político e sobre os desafios do fazer antropologia e ciências sociais.

Boa leitura e excelentes debates e reflexões!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ronaldo de

- 2017 “Os deuses do parlamento”. *Novos Estudos* CEBRAP, número especial: 71-79.

ARENDT, Hannah

- 2007 *Du Mensonge à la violence: Essais de politique contemporaine*. Paris, Calmann-Lévy.

ARENDT, Ronald João Jacques e MORAES, Márcia Oliveira

- 2016 “O projeto ético de Donna Haraway: alguns efeitos para a pesquisa em psicologia social”. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais* 11 (1): 11-24.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA)

- 2015 *Protocolo de Brasília: laudos antropológicos: condições para o exercício de um trabalho científico*. Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Antropologia. 894KB: pdf. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/livros/LaudosAntropologicos_CondicoesParaOExercicioDeUmTrabalhoCientifico.pdf.

BIROLI, Flávia

- 2018 “Reação conservadora, democracia e conhecimento”. *Revista de Antropologia*, 61 (1).

CÂMARA DOS DEPUTADOS. (Deputados Apoiadores da pauta indígena, quilombola e dos(as) trabalhadores(as) rurais) Deputado Nilton Tato e outros

- 2017 *Relatório Paralelo CPI Funai Incra*. Brasília, 9 de maio. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1557084&filename=VTS+1+CPIFUNA2+%3D%3E+RCP+26/2016

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Deputado Nilson Leitão e outros

- 2016 Requerimento nº 86/2016 CPI Funai Incra 2. (Requisição para afastamento do sigilo fiscal e bancário da ABA e de seu Presidente). Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1517569&filename=REQ+86/2016+CPIFUNA2+%3D%3E+RCP+26/2016

CARDOSO, Fernando Henrique

1984 “Fernando Henrique Cardoso”. *Língua e Literatura*, (10-13): 158-179.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto

1963 “Aculturação e ‘fricção interétnica’”. *América Latina*, 6 (3): 33-46.

CARDOSO, Ruth C. L.

1986 “Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método”. In CARDOSO, R. (org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. pp. 95-105.

CARRARA, Sérgio

2016 “A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil”. *Cadernos Pagu*, (47), e164717.

CARRARA, Sérgio; FRANÇA, Isadora Lins; e SIMÕES, Júlio A.

2018 “Conhecimento e práticas científicas na esfera pública: antropologia, gênero e sexualidade”. *Revista de Antropologia*, 61 (1).

CORRÊA, Mariza

1987 *História da Antropologia no Brasil: 1030-1960/ testemunhos*. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas.

DESPRET, Vincienne e STENGERS, Isabelle

2011 *Les Faiseuses d'histoires. Que font les femmes à la pensée?* Paris, Ed. La Découverte, collection les Empêcheurs de penser en rond.

DURHAM, Eunice R.

1986 “A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas”. In CARDOSO, R. (org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. pp.17-37.

FERNANDES, Florestan

1977 *A sociologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes.

FRASER, Nancy

1998 “Social Justice in the Age of Identity Politics: Redistribution, Recognition, and Participation”. In PETERSON, G. B. (org.). *The Tanner Lectures on Human Values*. Salt Lake City, vol. 19.

FRASER, Nancy e HONNETH, Axel

2003 *Redistribution or Recognition?: A Political-Philosophical Exchange*. Londres, Verso.

HABERMAS, Jurgen

1989 *Consciência moral e agir comunicativo*. Tradução de Guido de Almeida. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

HARAWAY, Donna

1995 “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu*, (5): 7-41.

LEITE, Ilka Boaventura (org.)

2005 *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis, ABA/NUER.
Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/livros/laudos.pdf>.

LIMA, Antonio Carlos de Souza (coord.)

2012 *Antropologia e direito: temas antropológicos para estudos jurídicos*. Brasília, Rio de Janeiro, Blumenau, ABA/LACED/Nova Letra.

LIMA, Márcia

2018 “A produção de conhecimento em tempos de conflito: o lugar das Ciências Sociais”. *Revista de Antropologia*, 61 (1).

LOPES, José Sergio Leite

2013 “Entrevista com Moacir Palmeira”. *Horizontes Antropológicos*, 19 (39), 435-457.

MACAGNO, Lorenzo

2018 “Antropologia e sociobiologia: breve crônica sobre a ressurreição de um debate”. *Revista de Antropologia*, 61 (1).

MACHADO, Lia Zanotta

2016 “Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e incertezas”. *Cadernos Pagu*, (47): e16471.

2017 “O aborto como direito e o aborto como crime: o retrocesso neoconservador”. *Cadernos Pagu*, (50): e17504.

MOTTA, Antonio

- 2013 “José: Esboço de figura. Entrevista com José de Souza Martins”. *Revista Política & Trabalho*, (39): 23-58.

NOVAES, Regina R. e LIMA, Roberto Kant de (org.)

- 2001 *Antropologia e Direitos Humanos*. Niterói, EdUFF.

O'DWYER, Eliane Cantarino

- 2018 “Os antropólogos, as terras tradicionalmente ocupadas e as estratégias de redefinição do Estado no Brasil”. *Revista de Antropologia*, 61 (1).

SANTILLI, Márcio

- 1997 “As Terras Indígenas e o Decreto 1775. Balanço e Perspectivas”. In RICARDO, Fany Pantaleoni e SANTILLI, Márcio (orgs.). *Terras Indígenas no Brasil: um balanço da era Jobim. Documentos do ISA*, n. 3. Disponível em: https://site-antigo.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/10102.pdf.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro e JEOLÁS, Leila

- 2015 “Apresentação: a pesquisa e sua ética, o poder e sua norma”. *Revista Brasileira de Sociologia*, 3 (5): 11-30.

SARTI, Cynthia; PEREIRA, Everton; e MEINERZ, Nádia

- 2017 “Avanços da Resolução 510/2016 e impasses do sistema CEP-Conep”. *Revista Mundaú*, (2): 8-21.

SILVA, Orlando Sampaio; LUZ, Lídia; e HELM, Cecília Maria (orgs.)

- 1994 *A perícia antropológica em processos judiciais*. Florianópolis, Associação Brasileira de Antropologia/Comissão Pró-Índio de São Paulo/Editora da UFSC.

TAMASO, Izabela

- 2018 “Quando o campo são os patrimônios: conhecimento e práticas científicas na esfera pública”. *Revista de Antropologia*, 61 (1).

TAYLOR, Charles

- 1994 *Multiculturalism and “The Politics of Recognition”*. Princeton, New Jersey, Princeton University Press.

WEBER, Max

- 1999 *Metodologia das ciências sociais*. Tradução de Augustin Wernet. Introdução à edição brasileira de Maurício Tragtenberg. 3. ed. São Paulo, Cortez.
- 2003 “A objetividade do conhecimento nas ciências sociais”. In COHN, Gabriel (org.). *Max Weber: sociologia*. 7. ed. São Paulo, Ática.

Who Is Afraid of the Anthropologists? Scientific Practices in New Political Scenarios

ABSTRACT

This article recollects the course of increasing social visibility of anthropology in Brazil over the past five decades, as a result of the impact of the advance of the so-called “identity politics” on the anthropological practice. It analyzes the dilemmas and challenges for scientific practice in the current political scenario, in which conservative forces have risen up against the expansion of the rights to plurality: natives, quilombolas, gender and sexual diversity. This article presents the dossier “Who’s afraid of the anthropologists? Dilemmas and challenges for the scientific production and practices in new political scenarios” whose purpose is to provide multiple contributions for the reflection upon, scaling and qualifying of the dilemmas and challenges brought by the new and recent political scenario.

KEYWORDS

Anthropology, Brazil, Science, Policy, Conservatism

Recebido em 18 de fevereiro de 2018. Aceito em 10 de março de 2018.